

FUNDAÇÃO VIVA DE PREVIDÊNCIA

**Demonstrações contábeis
em 31/12/2020 e Relatório dos
Auditores independentes**

Março de 2021

**CONHECIMENTO LOCAL,
ALCANCE GLOBAL**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Senhores Conselheiros e Membros da Diretoria da
FUNDAÇÃO VIVA DE PREVIDÊNCIA

Opinião

Examinamos as Demonstrações contábeis da Fundação Viva de Previdência ("Fundação"), que compreendem o Balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Fundação, aqui denominados de "consolidado", por definição da Resolução CNPC nº 29/2018) em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas Demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as Demonstrações individuais do ativo líquido, da mutação dos ativos líquidos e das provisões técnicas, todas relativas ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa Opinião, as Demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Viva de Previdência e individual por Plano de benefícios em 31 de dezembro de 2020 e o desempenho consolidado e por Plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos Auditores pela auditoria das Demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião.

Ênfase

Sem modificar a nossa Opinião, chamamos a atenção para o assunto contido na Nota explicativa nº 7 b) que diz respeito à constituição de provisão em 2020, no valor de R\$66 milhões, referente a processo coletivo movido pelo SINDSPREV – RJ requerendo, dentre outras, a descaracterização do Plano de Benefícios e a devolução dos valores vertidos pelos participantes devidamente corrigidos. A provisão foi constituída considerando o prognóstico de perda provável emitido pelos Assessores jurídicos da Fundação e o valor foi apurado com base nos critérios definidos em sentença judicial, descontando os valores já provisionados em 31 de dezembro de 2020 e os valores já pagos como forma de benefício envolvendo os participantes englobados na ação judicial.

Outro assunto

As Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós e sobre as quais emitimos uma Opinião sem ressalvas em 31 de janeiro de 2020.

Outras informações que acompanham as Demonstrações contábeis e o Relatório dos Auditores

Os Gestores da Fundação Viva são responsáveis por prepararem outras informações da Fundação Viva de Previdência e divulgá-las no Relatório Anual de Informações - RAI. Este relatório é requerido pela Instrução PREVIC 13/2014 e deverá ser elaborado em até 30 dias depois do prazo de envio das Demonstrações contábeis da Entidade remetidas para a PREVIC. O relatório deverá conter, entre outros assuntos, informações relevantes que permitam a análise dos resultados dos Planos frente aos objetivos traçados, da saúde financeira, atuarial e patrimonial dos Planos e fatos relevantes.

De acordo com os requerimentos da NBC TA 720, os Auditores devem efetuar leitura e verificação de consistência dessas informações em relação às Demonstrações contábeis auditadas. Na data de emissão deste relatório, o RAI de 2020 ainda se encontrava em fase de elaboração e, por esta razão, não efetuamos a leitura do mesmo, cujo prazo final de entrega é previsto para ocorrer até o final de abril de 2021.

Nossa Opinião sobre as Demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Informações Anuais - RAI e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações contábeis

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a

elaboração de Demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos Auditores pela auditoria das Demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as Demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa Opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa Opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos Opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração da Fundação.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa Opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 12 de março de 2021

NEXIA TEIXEIRA Auditores
CRC MG 5.194



Domingos Xavier Teixeira
Sócio e Diretor Executivo
Contador CRC MG-14.105-O/5-S-DF-103



**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS E
INDIVIDUAIS POR PLANO DE BENEFÍCIOS E
NOTAS EXPLICATIVAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019**

CONTEÚDO

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS.....	3
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMONIO SOCIAL – CONSOLIDADO	4
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DOS ATIVOS LÍQUIDOS – PLANO VIVA DE PREVIDÊNCIA E PECÚLIO	5
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DOS ATIVOS LÍQUIDOS – PLANO VIVA EMPRESARIAL	6
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DOS ATIVOS LÍQUIDOS – PLANO VIVA FUTURO	7
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO VIVA DE PREVIDÊNCIA E PECÚLIO	8
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO VIVA EMPRESARIAL	9
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO VIVA FUTURO	10
DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVO CONSOLIDADO	11
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – PLANO VIVA DE PREVIDÊNCIA E PECÚLIO	12
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – PLANO VIVA EMPRESARIAL	13
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – PLANO VIVA FUTURO	14
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	15



BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de Reais

ATIVO	Nota	2020	2019	PASSIVO	Nota	2020	2019
DISPONÍVEL		27	6	EXIGÍVEL OPERACIONAL		5.066	3.106
				Gestão Previdencial	6.1	2.802	1.767
REALIZÁVEL		2.625.386	2.926.965	Gestão Administrativa	6.2	2.264	1.339
Gestão Previdencial	4.1	8.336	7.976	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	7	111.620	45.234
Gestão Administrativa	4.2	476	248	Gestão Previdencial		76.120	10.082
Investimentos	4.3	2.616.574	2.918.741	Gestão Administrativa		348	-
Títulos Públicos		497.699	517.881	Investimentos		35.152	35.152
Fundos de Investimento		2.087.379	2.369.364				
Depósitos Judiciais / Recursais		31.496	31.496	PATRIMÔNIO SOCIAL		2.509.376	2.879.467
				Patrimônio de Cobertura do Plano		2.382.358	2.745.740
PERMANENTE		649	836	Provisões Matemáticas	8.1	2.109.071	2.332.758
Imobilizado	5	501	836	Benefícios Concedidos		393.219	568.229
Intangível	5	148	-	Benefícios a Conceder		1.715.852	1.764.529
				Equilíbrio técnico	8.2	273.287	412.982
				Resultados Realizados		273.287	412.982
				Superávit Técnico Acumulado		273.287	412.982
				Fundos	8.3	127.018	133.727
				Fundos Previdenciais		118.927	124.973
				Fundos Administrativos		8.091	8.754
TOTAL DO ATIVO		<u>2.626.062</u>	<u>2.927.807</u>	TOTAL DO PASSIVO		<u>2.626.062</u>	<u>2.927.807</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Silas Devai Junior
CPF: 114.580.368-71
DIRETOR PRESIDENTE

Júlio César Medeiros Pasqualetto
CPF: 484.111.400-91
CONTADOR - CRC-RS 047.048/O-S-DF

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMONIO SOCIAL – CONSOLIDADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	Nota	2020	2019	%
A.) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO		2.879.467	2.833.081	1,64%
1. Adições		161.762	462.723	-65,04%
Contribuições Previdenciais		51.427	56.652	-9,22%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.3	91.839	376.223	-75,59%
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	7	-	9.187	-100,00%
Receitas Administrativas	9.1	18.375	20.362	-9,76%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	9.1	121	299	-59,53%
2. Destinações		(531.853)	(416.337)	27,75%
Benefícios	10	(446.656)	(397.650)	12,32%
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	7	(66.038)	-	100,00%
Despesas Administrativas	9.2	(18.811)	(18.687)	0,66%
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	7	(348)	-	100,00%
3. Acréscimos/(Decréscimos) no Patrimônio Social (1+2)		(370.091)	46.386	-897,85%
Provisões Matemáticas	8.3	(223.687)	633.419	-135,31%
Superávit/(Déficit) Técnico do Exercício	8.4	(139.694)	(652.284)	-78,58%
Fundos Previdenciais	8.5	(6.046)	63.277	-109,55%
Fundos Administrativos	8.5	(663)	1.974	-133,59%
B.) PATRIMÔNIO SOCIAL - FIM DO EXERCÍCIO (A+3)		2.509.376	2.879.467	-12,85%

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Silas Devai Junior
CPF: 114.580.368-71
DIRETOR PRESIDENTE

Júlio César Medeiros Pasqualetto
CPF: 484.111.400-91
CONTADOR - CRC-RS 047.048/O-S-DF

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DOS ATIVOS LÍQUIDOS – PLANO VIVA DE PREVIDÊNCIA E PECÚLIO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	Nota	2020	2019	%
A.) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO		2.792.028	2.763.349	1,04%
1. Adições		130.667	421.690	-69,01%
Contribuições	4.1	40.482	48.111	-15,86%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.3	90.185	364.392	-75,25%
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	7	-	9.187	-100,00%
2. Destinações		(506.163)	(393.011)	28,79%
Benefícios	10	(440.125)	(393.011)	11,99%
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	7	(66.038)	-	100,00%
3. Acréscimos/(Decréscimos) no Patrimônio Social (1+2)		(375.496)	28.679	-1409,31%
Provisões Matemáticas	8.3	(232.176)	613.915	-137,82%
Superávit/(Déficit) Técnico do Exercício	8.4	(139.695)	67.048	-308,35%
Fundos Previdenciais	8.5	(3.625)	(652.284)	-99,44%
B.) ATIVO LÍQUIDO - FIM DO EXERCÍCIO		2.416.533	2.792.028	-13,45%
C.) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS		8.091	8.754	-7,57%
Fundos Administrativos	8.5	8.091	8.754	-7,57%

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Silas Devai Junior
CPF: 114.580.368-71
DIRETOR PRESIDENTE

Júlio César Medeiros Pasqualetto
CPF: 484.111.400-91
CONTADOR - CRC-RS 047.048/O-S-DF

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DOS ATIVOS LÍQUIDOS – PLANO VIVA EMPRESARIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	Nota	2020	2019	%
A.) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO		78.595	62.953	24,85%
1. Adições		11.947	20.312	-41,18%
Contribuições		10.309	8.482	21,54%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.3	1.638	11.830	-86,15%
2. Destinações		(6.530)	(4.670)	39,83%
Benefícios	10	(6.530)	(4.639)	40,76%
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	7	-	(31)	100,00%
3. Acréscimos/(Decréscimos) no Patrimônio Social (1+2)		5.417	15.642	-65,37%
Provisões Matemáticas	8.3	7.838	19.413	-59,62%
Fundos Previdenciais	8.5	(2.421)	(3.771)	-35,80%
B.) ATIVO LÍQUIDO - FIM DO EXERCÍCIO		84.012	78.595	6,89%

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Silas Devai Junior
CPF: 114.580.368-71
DIRETOR PRESIDENTE

Júlio César Medeiros Pasqualetto
CPF: 484.111.400-91
CONTADOR - CRC-RS 047.048/O-S-DF

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DOS ATIVOS LÍQUIDOS – PLANO VIVA FUTURO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	Nota	2020	2019	%
A.) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO		90	-	100,00%
1. Adições		650	90	622,22%
Contribuições		634	89	612,36%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.3	16	1	1500,00%
2. Destinações		1	-	100,00%
Benefícios	10	1	-	100,00%
3. Acréscimos/(Decréscimos) no Patrimônio Social (1+2)		651	90	623,33%
Provisões Matemáticas	8.3	651	90	623,33%
B.) ATIVO LÍQUIDO - FIM DO EXERCÍCIO		741	90	723,33%

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Silas Devai Junior
CPF: 114.580.368-71
DIRETOR PRESIDENTE

Júlio César Medeiros Pasqualetto
CPF: 484.111.400-91
CONTADOR - CRC-RS 047.048/O-S-DF

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO VIVA DE PREVIDÊNCIA E PECÚLIO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	Nota	2020	2019	%
1. Ativos		2.540.088	2.849.358	-10,85%
Disponível		23	2	1050,00%
Recebível	4.1	14.851	16.148	-8,03%
Investimento	4.3	2.525.214	2.833.208	-10,87%
Títulos Públicos		484.683	505.022	-4,03%
Fundos de Investimento		2.009.035	2.296.690	-12,52%
Depósitos Judiciais/Rekursais		31.496	31.496	100,00%
2. Obrigações		(115.465)	(48.576)	137,70%
Operacional		(4.193)	(3.342)	25,46%
Contingencial	7	(111.272)	(45.234)	145,99%
3. Fundos Não Previdenciais		(8.091)	(8.754)	-7,57%
Fundos Administrativos	8.5	(8.091)	(8.754)	-7,57%
4. Ativo Líquido (1+2+3)		2.416.532	2.792.028	-13,45%
Provisões Matemáticas	8.3	2.024.510	2.256.686	-10,29%
Superávit/Déficit Técnico	8.4	273.287	412.982	-33,83%
Fundos Previdenciais	8.5	118.735	122.360	-2,96%

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Silas Devai Junior
CPF: 114.580.368-71
DIRETOR PRESIDENTE

Júlio César Medeiros Pasqualetto
CPF: 484.111.400-91
CONTADOR - CRC-RS 047.048/O-S-DF

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO VIVA EMPRESARIAL

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	Nota	2020	2019	%
1. Ativos		84.174	78.693	6,97%
Disponível		-	2	-100,00%
Recebível	4.1	1.577	581	171,43%
Investimento	4.3	82.597	78.110	5,74%
Títulos Públicos		13.016	12.859	1,22%
Fundos de Investimento		69.581	65.251	6,64%
2. Obrigações		(162)	(98)	65,31%
Operacional		(162)	(98)	65,31%
3. Ativo Líquido (1+2)		84.012	78.595	6,89%
Provisões Matemáticas	8.3	83.820	75.982	10,32%
Fundos Previdenciais	8.5	192	2.613	-92,65%

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Silas Devai Junior
CPF: 114.580.368-71
DIRETOR PRESIDENTE

Júlio César Medeiros Pasqualetto
CPF: 484.111.400-91
CONTADOR - CRC-RS 047.048/O-S-DF

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO VIVA FUTURO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	Nota	2020	2019	%
1. Ativos		741	90	723,33%
Disponível		2	-	100,00%
Recebível	4.1	1	1	0,00%
Investimento	4.3	738	89	729,21%
Fundos de Investimento		738	89	729,21%
2. Obrigações		-	-	0,00%
Operacional		-	-	0,00%
3. Ativo Líquido (1+2)		741	90	723,33%
Provisões Matemáticas	8.3	741	90	723,33%

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Silas Devai Junior
CPF: 114.580.368-71
DIRETOR PRESIDENTE

Júlio César Medeiros Pasqualetto
CPF: 484.111.400-91
CONTADOR - CRC-RS 047.048/O-S-DF

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVO CONSOLIDADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	Nota	2020	2019	%
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior		8.754	6.780	29,12%
1. Custeio da Gestão Administrativa		18.496	20.661	-10,48%
1.1 Receitas		18.496	20.661	-10,48%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial		-	31	-100,00%
Custeio Administrativo dos Investimentos	9.1	18.347	20.325	-9,73%
Receitas Diretas	9.1	28	1	2700,00%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	9.1	121	299	-59,53%
Outras Receitas		-	5	-100,00%
2. Despesas Administrativas	9.2	(18.811)	(18.687)	0,66%
2.1 Administração Previdencial		(17.744)	(17.698)	0,26%
Pessoal e Encargos		(12.153)	(11.268)	7,85%
Treinamentos, Congressos e Seminários		(228)	(424)	-46,23%
Viagens e Estadias		(207)	(771)	-73,15%
Serviços de Terceiros		(2.673)	(2.020)	32,33%
Despesas Gerais		(1.534)	(1.830)	-16,17%
Depreciações e Amortizações		(192)	(180)	6,67%
Tributos		(757)	(1.205)	-37,18%
2.2 Administração dos Investimentos		(1.067)	(989)	7,89%
Pessoal e Encargos		(758)	(659)	15,02%
Treinamentos, Congressos e Seminários		(14)	(25)	-44,00%
Viagens e Estadias		(13)	(45)	-71,11%
Serviços de Terceiros		(175)	(156)	12,18%
Despesas Gerais		(95)	(93)	2,15%
Depreciações e Amortizações		(12)	(11)	9,09%
3. Constituição de Contingências Administrativas		(348)	-	100,00%
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	8.5	(663)	1.974	-133,59%
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo	8.5	(663)	1.974	-133,59%
A) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)	8.5	8.091	8.754	-7,57%

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Silas Devai Junior
CPF: 114.580.368-71
DIRETOR PRESIDENTE

Júlio César Medeiros Pasqualetto
CPF: 484.111.400-91
CONTADOR - CRC-RS 047.048/O-S-DF

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – PLANO VIVA DE PREVIDÊNCIA E PECÚLIO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	Nota	2020	2019	%
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)		2.531.997	2.840.604	-10,86%
1. Provisões Matemáticas	8.3	2.024.510	2.256.686	-10,29%
1.1. Benefícios Concedidos		393.220	568.229	-30,80%
Contribuição Definida		393.220	568.229	-30,80%
1.2. Benefícios a Conceder		1.631.290	1.688.457	-3,39%
Contribuição Definida		1.631.290	1.688.457	-3,39%
Saldo de Contas - Parcela Participantes		561.919	638.746	-12,03%
Benefício Definido		1.069.371	1.049.711	1,87%
2. Equilíbrio Técnico	8.4	273.287	412.982	-33,83%
2.1. Resultados Realizados		273.287	412.982	-33,83%
Superávit Técnico Acumulado		273.287	412.982	-33,83%
Reserva de Contingência		169.496	166.380	1,87%
Reserva para Revisão do Plano		103.791	246.602	-57,91%
3. Fundos	8.5	118.735	122.360	-2,96%
3.1. Fundos Previdenciais		118.735	122.360	-2,96%
4. Exigível Operacional		4.193	3.342	25,46%
4.1. Gestão Previdencial	6.1	2.689	1.714	56,88%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial		1.504	1.628	-7,62%
5. Exigível Contingencial	7	111.272	45.234	145,99%
5.1. Gestão Previdencial		76.120	10.082	655,01%
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial		35.152	35.152	0,00%

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Silas Devai Junior
CPF: 114.580.368-71
DIRETOR PRESIDENTE

Júlio César Medeiros Pasqualetto
CPF: 484.111.400-91
CONTADOR - CRC-RS 047.048/O-S-DF

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – PLANO VIVA EMPRESARIAL

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	Nota	2020	2019	%
Provisões Técnicas (1+2+3)		84.174	78.693	6,97%
1. Provisões Matemáticas	8.3	83.820	75.982	10,32%
1.1. Benefícios a Conceder		83.820	75.982	10,32%
Contribuição Definida		83.820	75.982	10,32%
Saldo de Contas - Parcela Participantes		37.438	34.940	7,15%
Benefício Definido		46.382	41.042	13,01%
2. Fundos	8.5	192	2.613	-92,65%
2.1. Fundos Previdenciais		192	2.613	-92,65%
3. Exigível Operacional		162	98	65,31%
3.1. Gestão Previdencial	6.1	113	53	113,21%
3.2. Investimentos - Gestão Previdencial		49	45	8,89%

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Silas Devai Junior
CPF: 114.580.368-71
DIRETOR PRESIDENTE

Júlio César Medeiros Pasqualetto
CPF: 484.111.400-91
CONTADOR - CRC-RS 047.048/O-S-DF

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – PLANO VIVA FUTURO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	Nota	2020	2019	%
Provisões Técnicas		741	90	723,33%
1. Provisões Matemáticas	8.3	741	90	723,33%
1.1. Benefícios a Conceder		741	90	723,33%
Contribuição Definida		741	90	723,33%
Saldo de Contas - Parcela Participantes		741	90	723,33%

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Silas Devai Junior
CPF: 114.580.368-71
DIRETOR PRESIDENTE

Júlio César Medeiros Pasqualetto
CPF: 484.111.400-91
CONTADOR - CRC-RS 047.048/O-S-DF

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de Reais

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 – A Entidade

A FUNDAÇÃO VIVA DE PREVIDÊNCIA, doravante designada “Fundação” ou “VIVA”, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar multi-patrocinada e multi-instituída, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e com autonomia patrimonial, administrativa e financeira.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, aprovou, por meio da Portaria nº 60 (DOU nº 23 de 01/02/2017) e, posteriormente modificado por meio da Portaria nº 981 (DOU de 19/11/2019), o estatuto da Entidade. A Fundação tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e atuação em todo o território nacional.

São finalidades da Fundação:

- I. Instituir, administrar, operacionalizar e executar Planos de Benefícios Previdenciários oferecidos por pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado e acessíveis:
 - a) a todos os empregados de uma empresa ou grupo de empresas, públicas ou privadas, e aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e
 - b) aos associados de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial;
- II. Desenvolver trabalhos visando a adesão aos Planos de Benefícios por ela instituídos, administrados ou operados.

A Fundação pode realizar e manter acordos, contratos e convênios com pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras.

1.2 – Planos Administrados

Atualmente são administrados três planos previdenciários, que estão devidamente inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, conforme especificados a seguir:

Plano Viva de Previdência e Pecúlio

O Plano Viva de Previdência e Pecúlio, anteriormente possuía a denominação de Plano de Pecúlio Facultativo – PPF, CNPB 1990.0011-65, na modalidade de Benefício Definido.

O Plano Viva de Previdência e Pecúlio é destinado para os participantes e assistidos ligados às instituidoras ANVIVA, SINDPREVS-SC, SINTPREV-MG, ANFIP, SINDPREVS-CE e SINDPREVS-RN. O plano oferece benefícios aos seus participantes e assistidos, conforme regulamento vigente.

Plano de Benefícios Viva Empresarial Multipatrocinado de Contribuição Definida

Anteriormente denominado “GEAPREV”, o plano de benefícios Viva Empresarial, registrado sob CNPB nº 2005.0006-47 e classificado como um plano de Contribuição Definida, é destinado aos participantes ligados as patrocinadoras GEAP Autogestão em Saúde e Fundação Viva de Previdência. O plano oferece benefícios aos seus participantes conforme regulamento vigente. O Plano era na modalidade de Contribuição Variável até 2019, sendo alterado para Contribuição Definida através do Regulamento aprovado pela PREVIC no decorrer de 2020.

Plano de Benefícios Previdenciários VIVA FUTURO de Contribuição Definida

Implementado pela VIVA em 2019, denominado “VIVA FUTURO”, CNPB 2019.0007-92, sendo um Plano Instituído na modalidade de Contribuição Definida, visa dar cobertura previdenciária aos participantes ligados às instituidoras ANVIVA, ANPREV e ANESG. O plano oferece benefícios aos seus participantes conforme regulamento vigente.

Participantes

	VIVA PECÚLIO		VIVA EMPRESARIAL		VIVA FUTURO		TOTAL	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Participantes								
Ativos	28.678	30.413	1.399	1.066	1.362	331	31.439	31.810
Assistidos	19.427	19.256	-	-	-	-	19.427	19.256
Total	48.105	49.669	1.399	1.066	1.362	331	50.866	51.066

1.3 – Processo de destinação do superávit do Viva de Previdência e Pecúlio

O Art. 63 do novo Regulamento do Plano Viva de Previdência e Pecúlio, aprovado em 07/02/2017, por meio da Portaria nº 105 publicada no DOU em 13/02/2017, possibilitou aos participantes do Plano VIVA PECÚLIO, inscritos na data da sua aprovação e que possuía vínculo com o Instituidor, converterem a sua reserva matemática e os excedentes patrimoniais (superávit) proporcionais apurados na modalidade de Benefício Definido para uma conta individual, com característica de Contribuição Definida, para recebimento de renda mensal em período determinado, abrindo mão, consequentemente, do benefício de Pecúlio do plano.

O período para conversão foi encerrado em 31 de dezembro de 2019 e, como resultado, a VIVA registrou 18.998 participantes que optaram por este dispositivo do regulamento e em 31 de dezembro de 2020 havia um saldo a pagar para estes participantes de R\$ 393.219 mil (R\$568.229 mil em 2019) que serão quitados de acordo com o período definido por cada participante assistido.

Por outro lado, a Fundação Viva instituiu um novo benefício para aqueles participantes ativos que não optaram pela conversão das suas reservas matemáticas, conforme mencionado anteriormente, denominado Benefício Especial em Vida – BEV. O BEV foi constituído como resultado da revisão do plano obrigatória pelo fato dele ter apresentado saldo em reserva especial por três anos consecutivos, conforme previsto pela Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018.

Como a suspensão de contribuição previdenciária dos participantes ativo no Plano não consumiu toda a Reserva Especial, o BEV foi um benefício adicional temporário constituído pela Fundação e aprovado pela PREVIC para ser um meio de distribuição do resultado. O BEV possui um saldo de R\$ 561.919 mil em 31 de dezembro de 2020 (R\$638.746 mil em 2019), sendo que os critérios para a concessão deste benefício estão descritos no Art. 50 do Regulamento do Plano.

1.4 – Outras informações

Além dos três planos de benefícios, há ainda o Plano de Gestão Administrativa - PGA, por sua vez, tem por objetivo registrar as atividades vinculadas à parte administrativa da Fundação de acordo com regulamento próprio.

A Fundação aplica os recursos financeiros dos planos administrados integralmente no País, não distribuindo dividendos ou participações, sendo o resultado revertido para composição das reservas para cobertura dos benefícios destinados aos participantes e beneficiários dos planos previdenciários.

A escrituração contábil está revestida das formalidades legais, sendo registrada em livros obrigatórios, capazes de assegurar a verificação da sua exatidão.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e supervisionadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pronunciamentos contábeis.

As demonstrações são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado, e consolidam as posições dos planos administrados pela Fundação.

2.1 – Legislação aplicável

São observadas as seguintes normas para fins de elaboração de tais Demonstrações contábeis:

- I. Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, a qual revogou a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, mas manteve os Anexos A – Planificação Contábil Padrão e B – Modelos e Instruções de preenchimento das Demonstrações Contábeis.
- II. Instrução da Secretaria de Previdência Complementar (SPC) nº 34, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores;
- III. Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NTB 11 e estabelece critérios e procedimentos específicos para estruturação das demonstrações contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como

sendo que para as contribuições faturadas por boleto e não pagas em até 30 (trinta) dias, a VIVA constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor integral. Para as contribuições do plano de benefício instituído VIVA FUTURO o registro é excepcionalmente pelo regime de caixa, conforme permitido pela legislação para planos instituídos.

3.2 - Investimentos

No grupo de Investimentos são escriturados os recursos garantidores das provisões matemáticas e dos fundos previdenciais e administrativo, bem como seus acréscimos e decréscimos.

As aplicações dos recursos dos planos de benefícios administrados pela VIVA são realizadas por meio:

- i) carteira administrada em títulos públicos;
- ii) fundos de investimento exclusivos, que englobam os segmentos de renda fixa e renda variável;
- iii) fundos de investimentos não exclusivos, que englobam aplicações em fundos de direitos creditórios e investimentos estruturados (fundos de investimento em participações - FIP).

Os investimentos são feitos em conformidade com a Política de Investimentos de cada plano de benefícios, que são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo.

O registro contábil dos investimentos é efetuado por tipo de ativo, como segue:

- Títulos Públicos: De acordo com a Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018, os investimentos podem ser classificados nas categorias “Títulos para Negociação” e/ou “Títulos Mantidos até o Vencimento”. Para os títulos públicos que estão classificados na categoria “Títulos para Negociação”, o parâmetro utilizado na determinação do valor de mercado é o PU – Preço Unitário divulgado pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais – ANBIMA. Os títulos públicos da Fundação Viva estão classificados integralmente na categoria de Títulos para Negociação (“Marcados à Mercado”).
- Fundos de Investimentos: Estão demonstrados pelo valor da cota patrimonial do fundo divulgada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), multiplicada pela quantidade de cotas pertencentes à Fundação em 31 de dezembro de cada ano. Importante mencionar que os ativos de Renda Fixa mantidos nos Fundos de investimento exclusivo da Fundação Viva são integralmente classificados na categoria de “títulos para negociação”, conforme sistemática apresentada acima.

3.3 - Permanente – Imobilizado

Os bens móveis estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações acumuladas calculadas pelo método linear com base em taxas que levam em conta o prazo de vida útil.

3.4 - Exigível Operacional

Na gestão previdencial constam valores de obrigações decorrentes de pagamentos de benefícios aos participantes, e na gestão administrativa pagamentos com pessoal e encargos, fornecedores e obrigações fiscais. Os valores estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, de encargos e variações monetárias.

3.5 - Exigível Contingencial

É representado por provisões constituídas em conformidade com a NBC TG 25 (R2), aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, apurada com base na avaliação dos Assessores Jurídicos da Fundação.

A Administração da Fundação Viva entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de processos administrativos ou judiciais.

3.6 - Provisões Matemáticas

No Plano Viva de Previdência e Pecúlio as provisões matemáticas são apuradas conforme segue:

- Provisões de natureza de Benefício Definido: referem-se à provisão para Pecúlio e são apuradas através do resultado dos cálculos atuariais, efetuados por atuário habilitado, e correspondem ao valor presente dos benefícios futuros dos participantes, deduzidos das contribuições ainda a serem vertidas ao Plano.
- Provisões de natureza de Contribuição Definida: referem-se a reserva financeira que representa o montante das contribuições dos participantes vertidas ao Plano e valores referentes à distribuição do superávit do Plano ainda não pagos, acrescidas da variação apurada pela aplicação dos recursos garantidores até 31 de dezembro de cada ano.

No Plano de Benefícios VIVA EMPRESARIAL, as reservas matemáticas representam o montante das contribuições dos participantes e da patrocinadora vertidas ao Plano, acrescidas da variação apurada pela aplicação dos recursos garantidores até 31 de dezembro de cada ano.

No Plano de Benefícios Previdenciários VIVA FUTURO, as reservas matemáticas representam o montante das contribuições dos participantes vertidas ao Plano, acrescidas da variação apurada pela aplicação dos recursos garantidores até 31 de dezembro de cada ano.

O passivo atuarial é formado pelas seguintes contas:

Benefícios Concedidos - compromissos esperados já assumidos pelo plano em favor de seus assistidos; e

Benefícios a Conceder - compromissos esperados com seus participantes que ainda não entraram em gozo de benefício.

3.7 - Superávit Técnico Acumulado

Aplicável somente para o Plano VIVA PECÚLIO, é formado pela reserva de contingência e reserva especial para revisão de plano, ocorre quando o Patrimônio de Cobertura do Plano é maior que as provisões matemáticas, sendo a suficiência financeira registrado como superávit acumulado. Entende-se por Patrimônio de Cobertura do Plano a diferença entre seu ativo total e o somatório do exigível operacional, exigível contingencial e fundos.

De acordo com a Resolução CNPC Nº 30, de 10/10/2018, o superávit do plano será destinado prioritariamente à constituição de reserva de contingência, considerando os seguintes critérios como limite, dos dois o menor:

- 25% do valor das reservas matemáticas referentes aos benefícios definidos; ou

- montante a ser calculado da seguinte forma: $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo})] \times \text{Provisão matemática}$.

O que exceder o limite será empregado na constituição da reserva especial para revisão do plano de benefício, que, ao apresentar saldo por 3 anos consecutivos, deverá ser destinado conforme revisão do plano a ser preparada por atuário, nos termos da legislação vigente.

3.8 - Fundos

Os fundos são assim constituídos: do Plano VIVA PECÚLIO, pela transferência da reserva especial para revisão do plano; do VIVA EMPRESARIAL, pelas contribuições regulares patronais não resgatadas pelos participantes que requereram tal instituto e; do PGA, na ocorrência de resultado acumulado positivo entre receitas e despesas administrativas.

3.9 - Apuração do resultado do período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020.

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, com exceção do plano VIVA FUTURO que é contabilizado pelo regime de caixa. A Demonstração da Mutações do Ativo líquido apresenta a composição do resultado com adições (receitas), destinações (despesas), e os acréscimos e decréscimos representados pela constituição das provisões de custeio para Patrocinadoras e Participantes, formando fundos específicos para cada modalidade de plano.

4 – REALIZÁVEL

4.1 - Gestão Previdencial

Descrição		PECÚLIO	EMPRESARIAL	FUTURO	Total 2020	Total 2019
Contribuições Normais	(a)	-	1.574	-	1.574	579
Contribuições em Atraso		5	-	-	5	13
Participantes		3.834	-	-	3.834	3.831
(-) Provisão CLD	(b)	(3.829)	-	-	(3.829)	(3.818)
Depósito Judicial	(c)	6.641	3	1	6.645	7.385
Outros Realizáveis	(d)	112	-	-	112	-
Total Realizável Gestão Previdencial		<u>6.758</u>	<u>1.577</u>	<u>1</u>	<u>8.336</u>	<u>7.977</u>

- O Plano VIVA PECÚLIO não apresenta saldo a receber da contribuição previdenciária dos seus participantes ativos devido ao fato do Plano se encontrar em processo de destinação do seu superávit através de isenção integral das suas contribuições até janeiro de 2023;
- Contribuições em Atraso: Refere-se ao provisionamento das contribuições em atraso, substancialmente formadas por cobranças de contribuição previdenciária através de boleto, conforme Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009;

- c) Depósitos em contas judiciais para garantir possível condenação em processos de natureza cível; e
- d) Em junho de 2020 foi efetuado pagamento relativo ao BEV a maior para um participante do plano, sendo que a Fundação está em buscando a restituição deste valor por meio de ação judicial.

O Plano VIVA PECÚLIO é o único plano a possuir participação no Fundo Administrativo do Plano de Gestão Administrativa, sendo assim, ele contabiliza ainda o valor de R\$ 8.091 mil (R\$ 8.754 mil em 2019), totalizando seus recebíveis em R\$ 14.851 mil (R\$ 16.148 mil em 2019), conforme demonstrativo líquido do ativo.

4.2 - Gestão Administrativa

Descrição		2020	2019
Outros Recursos a Receber	(a)	40	84
Outros realizáveis	(b)	162	164
Depósitos judiciais	(c)	274	164
Total Realizável Gestão Administrativa		<u>476</u>	<u>248</u>

- a) O saldo refere-se ao Adiantamento de Férias concedidos aos colaboradores da Fundação Viva.
- b) Refere-se ao depósito caução em favor da CLX Incorporadora Ltda., Bordalo Administradora de Imóveis Ltda, Matheus Nobre Pinheiro Montandon Borges e CCN Construções e Comércio Ltda, como garantia dos contratos de aluguéis do espaço físico utilizado pela Fundação.
- c) Refere-se aos depósitos judiciais realizados pela Fundação referente à ação impetrada em 2020 que questiona constitucionalidade do PIS e da Cofins sobre as receitas administrativas.

4.3 - Investimentos

A VIVA apurou um ganho líquido consolidado dos investimentos em 2020 de R\$ 91.839 mil (R\$ 376.223 mil em 2019), que pode ser apresentada por plano da seguinte maneira:

Plano	2020	2019
Viva Pecúlio	90.185	364.392
Viva Empresarial	1.638	11.830
Viva Futuro	16	1
Resultado total dos Investimentos	<u>91.839</u>	<u>376.223</u>

A seguir consta quadro com a rentabilidade percentual dos ganhos auferidos em ambos os exercícios pela Fundação por plano benefício:

Plano	2020	2019
Viva Pecúlio	4,61%	14,52%
Viva Empresarial	2,68%	19,35%
Viva Futuro(*)	4,58%	2,74%

(*) A rentabilidade do VIVA FUTURO de 2019 compreende ao período de julho a dezembro.

As rentabilidades em 2020 foram afetadas pelo efeito da pandemia da COVID-19, ficando abaixo da meta atuarial conforme tabela a seguir, exceto ao plano VIVA FUTURO. No último trimestre de 2020, com avanço das vacinas para COVID-19 e a eleição americana, as rentabilidades recuperam parte das perdas acumuladas durante o exercício de 2020.

Plano	Rentabilidade 2020	Meta 2020
Viva Pecúlio – Meta Atuarial de INPC + 4,06%	4,61%	9,73%
Viva Empresarial – Meta Referencial de INPC + 4,19%	2,68%	9,87%
Viva Futuro – Meta Referencial de 110% CDI	4,58%	2,90%

A seguir a composição dos investimentos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

Descrição		2020	2019
Títulos Públicos (Carteira Própria)	(a)	497.699	517.881
Notas do Tesouro Nacional		497.699	517.881
Fundos de investimento	(b)	2.087.379	2.369.364
Fundos de Investimento em Renda Fixa		1.560.404	1.863.106
Renda Variável		487.608	419.986
Fundos de Investimentos em Participações		38.226	81.709
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC		1.141	4.564
Depósito Judicial		31.496	31.496
Total Investimentos		<u>2.616.574</u>	<u>2.918.742</u>
Planos:			
VIVA PECÚLIO		2.525.214	2.833.208
VIVA EMPRESARIAL		82.597	78.110
VIVA FUTURO		738	89
PGA		8.025	7.335
		<u>2.616.574</u>	<u>2.918.742</u>

A carteira de investimentos da VIVA contém aplicações em renda fixa, renda variável e investimentos estruturados.

a) Renda Fixa

São operações de investimento que possuem uma remuneração paga em intervalos pré-definidos e em condições pré-definidas, lastreadas em títulos públicos e privados emitidos por instituições financeiras ou por empresas.

Títulos pré-fixados são aqueles cuja rentabilidade (nominal) o investidor conhece previamente, com taxa de retorno acertada previamente, no momento da aplicação e estão demonstrados, por ocasião

de sua aquisição, pelo valor desembolsado, evidenciando-se os juros decorridos, ágio e deságio. As receitas são registradas, *pro-rata temporis*, em conta de resultado até o vencimento.

Títulos pós-fixado são aqueles cujo retorno da aplicação é conhecido na data de vencimento e a rentabilidade varia de acordo com o indexador definido. Estão demonstrados, por ocasião de sua aquisição, pelo valor desembolsado, evidenciando-se o valor nominal de sua emissão, atualização monetária e juros, ágio e deságio, sendo os rendimentos destes títulos apropriados *pró-rata temporis*.

b) Fundos de Investimentos

Estão demonstrados pelo valor nominal da cota, ajustados com os ganhos ou perdas correspondentes ao período, classificados em fundos de renda fixa, ações, direitos creditórios e participações.

- Renda Fixa – Fundos de investimentos que buscam retorno em ativos de renda fixa e devem possuir, no mínimo, 80% da carteira em ativos relacionados diretamente.
- Ações – Fundos de ações ou renda variável, buscam retorno em ativos de renda variável e devem possuir, no mínimo, 80% da carteira em ativos relacionados diretamente, sintetizados via derivativos, ao fator de risco. As aplicações em fundos de renda variável estão demonstradas pelos valores de realização, considerando o valor das cotas na data base das Demonstrações Contábeis.
- Direitos Creditórios – Fundos que buscam retorno por meio de investimento em carteiras de recebíveis pulverizadas (direitos ou títulos), originadas e vendidas por diversos cedentes que antecipam recursos através da venda de duplicatas, notas promissórias, cheques e quaisquer outros títulos passíveis de cessão e transferência de titularidade. Enquadram-se nesta categoria os fundos utilizados como veículo no fornecimento de recursos ou antecipação de receitas para pessoas físicas e jurídicas através de firmas de assessoria financeira, cooperativas de crédito, fomento mercantil e *factoring*.
- Participações (investimentos estruturados) – Constituído em forma de condomínio fechado. Os recursos sob sua administração são destinados à aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas.

Os investimentos são compostos pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos consolidados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são:

Segmento	Vencimento					Saldos	
	Sem Vencimento	2021 a 2025	2026 a 2030	2031 a 2036	Após 2036	2020	2019
Renda Fixa (carteira própria e FIRF)							
NTN-B (marcação à mercado)	-	350.311	-	-	53.504	403.815	369.958
NTN-C (marcação à mercado)	-	55.198	-	125.256	-	180.454	157.197
LFT e outros (marcação à mercado)	576.685	897.051	98	-	-	1.473.834	1.853.832
Direitos Creditórios (FIDC)	1.141	-	-	-	-	1.141	4.564
	<u>577.826</u>	<u>1.302.560</u>	<u>98</u>	<u>125.256</u>	<u>53.504</u>	<u>2.059.245</u>	<u>2.385.550</u>
Renda Variável							
Fundos de Invest em Ações (FIA)	<u>487.608</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>487.608</u>	<u>419.986</u>
Estruturado							
Fundos de Invest em Particip. (FIP)	<u>38.225</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>38.225</u>	<u>81.709</u>
Outros							
Depósitos Judiciais	<u>31.496</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>31.496</u>	<u>31.496</u>
TOTAL	<u><u>1.135.155</u></u>	<u><u>1.302.560</u></u>	<u><u>98</u></u>	<u><u>125.256</u></u>	<u><u>53.504</u></u>	<u><u>2.616.574</u></u>	<u><u>2.918.742</u></u>

5 - PERMANENTE

Descrição	2020			2019	Taxa Anual Deprec. Amortiz.
	Custo	Deprec.	Líquido	Líquido	
Imobilizado					
Computadores e periféricos	1	(1)	-	-	20%
Móveis e utensílios	370	(182)	188	225	10%
Máquinas e equipamentos	97	(44)	53	64	10%
Sistema de processamento de dados	687	(465)	222	314	20%
Sistema de comunicação/equipamentos	65	(30)	35	40	10%
Sistema de segurança	5	(2)	3	3	10%
Total Imobilizado	<u>1.225</u>	<u>(724)</u>	<u>501</u>	<u>646</u>	
Intangível					
Fomento de novos planos (a)	<u>211</u>	<u>(63)</u>	<u>148</u>	<u>190</u>	20%
Total Intangível	<u>211</u>	<u>(63)</u>	<u>148</u>	<u>190</u>	
Total Permanente	<u><u>1.436</u></u>	<u><u>(787)</u></u>	<u><u>649</u></u>	<u><u>836</u></u>	

- (a) Fomento de novos planos - Despesas referente aos custos de implantação do Plano VIVA FUTURO, sendo registrado, conforme art. 23 da Resolução CNPC 29 de 2018 no intangível até a data de aprovação do plano, tendo o término da sua amortização de 60 meses em 2024.

6 - EXIGÍVEL OPERACIONAL

6.1 - Previdencial

São registrados os compromissos assumidos pelos planos de benefícios previdenciais com a Gestão Previdencial. O saldo da Gestão previdencial a pagar ao final de cada mês é composto

basicamente por retenção de imposto de renda sobre os benefícios que, por sua vez, são pagos dentro do mês de competência.

A composição do saldo em 31 de dezembro está demonstrada a seguir:

Descrição		PECÚLIO	EMPRESARIAL	Total 2020	Total 2019
Retenções a recolher	(a)	1.695	113	1.808	1.726
Outros Valores a Pagar	(b)	480	-	480	40
Benefícios Previdenciais a pagar - VIVA	(c)	514	-	514	1
Total Exigível Previdencial		<u>2.689</u>	<u>113</u>	<u>2.802</u>	<u>1.767</u>

- (a) As retenções nos exercícios ocorrem em virtude dos pagamentos de benefícios e são recolhidos no mês seguinte.
- (b) Valores referente a devoluções a serem realizadas a participantes.
- (c) Valores de benefícios processados em dezembro de cada exercício e que foram liquidados em janeiro do ano subsequente.

6.2 - Gestão Administrativa

São registradas neste grupo de contas as obrigações da Fundação, relativamente as despesas administrativas do PGA, conforme segue:

Descrição		2020	2019
Pessoal e Encargos	(a)	2.065	1.128
Serviços de terceiros	(b)	60	10
Retenções a Recolher	(c)	137	120
Tributos a Recolher		-	79
Outras Exigibilidades		2	2
Total Exigível Administrativo		<u>2.264</u>	<u>1.339</u>

- (a) Representa os encargos da folha de pagamento de dezembro, como INSS, FGTS, contribuição sindical e seguro de vida, além da provisão de férias dos funcionários e respectivos encargos. Em dezembro de 2020 foi provisionado o valor de R\$ 851 mil referente ao programa de remuneração variável, previsto para pagamento no 1º quadrimestre de 2021;
- (b) Despesa de serviços de terceiros que serão pagas em janeiro do ano subsequente referente ao mês de dezembro de cada exercício; e
- (c) Retenções do IRRF a ser recolhido no próximo mês.

7 - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Neste grupo estão registrados os prováveis valores de desembolso referentes processos administrativos e/ou ações judiciais que se encontram em trâmite, aguardando sentença definitiva.

		Provisões			Depósitos Judiciais	
Descrição		Saldos em 31/12/2019	Constituição/ (Reversão)	Saldos em 31/12/2020	Saldos em 31/12/2019	Saldos em 31/12/2020
Gestão Administrativa						
Provisão para riscos fiscais:						
PIS - Depósito Judicial	(a)	-	62	62	-	49
COFINS - Depósito Judicial	(a)	-	286	286	-	225
		-	348	348	-	274
Gestão Previdencial						
Provisão para riscos Cíveis:						
Adiantamento Financeiro Aposentadoria	(b)	29	66.038	66.067	26	29
Pecúlio por Morte e Outros	(c)	9.308		9.308	7.137	6.083
Pecúlio Proporcional em Vida	(d)	745		745	185	533
Bloqueio Judicial	(e)	-	-	-	37	-
		10.082	66.038	76.120	7.385	6.645
Gestão dos Investimentos						
Provisão para riscos Cíveis:						
CDB Banco BMD	(f)	3.656	-	3.656	-	-
CDB Crefisul	(g)	31.496	-	31.496	31.496	31.496
		35.152	-	35.152	31.496	31.496
		45.234	66.386	111.620	38.140	38.429

a) Contribuição ao PIS e a COFINS

A VIVA questiona a incidência do PIS e da COFINS sobre as suas receitas administrativas, por entender que não se enquadram no conceito de receita bruta nos termos da Lei 9.718/98. O montante registrado em 31 dezembro de 2020 corresponde a R\$ 348 mil, estando ainda depositado em conta judicial.

Dessa forma, caso haja decisão favorável, a Entidade levantará os depósitos efetuados e reverterá os valores de provisão.

b) Adiantamento Financeiro por Aposentadoria (AFA)

Nos processos, cuja causa de pedir o pagamento do Adiantamento Financeiro por Aposentadoria – AFA, os participantes reconhecem o recebido o valor, porém, o pagamento é realizado no momento da aposentadoria. A VIVA tem obtido sucesso recorrente na maior parte dos casos, visto que o Poder Judiciário entende que a documentação apresentada no processo pela VIVA é suficiente.

Em 2020 provisionado o montante de R\$ 66.038 mil referente a processo movido pelo SINDISPREV-RJ, envolvendo 5.102 participantes, cujo pedido é basicamente para restituição das contribuições individuais que cada participante verteu ao plano desde a sua inscrição até o transito em julgado da ação com a sua devida correção. Apesar de pareceres favoráveis à VIVA emitidos pelo Ministério Público Federal – MPF e pela PREVIC, o juiz em 1ª instância julgou procedente a ação em 30 de agosto de 2018, a fim de reconhecer a extinção da relação jurídica

contratual da reserva de poupança de pecúlio, determinando, também a cessação do descontos mensais e a restituição da reserva de poupança com correção e juros segundo o Manual de Cálculos da Justiça. Até o momento a ação era classificada como perda possível pelos assessores jurídicos devido a ausência de histórico de perda de ações similares e também pelo fato que o pedido dos autores visa desconsiderar toda a relação jurídica instituída entre a Fundação e o participante, que é regida pelas normas da PREVIC. Todavia, em 19 de agosto de 2020 houve fato novo, que foi a publicação de sentença de não acolhimento dos embargos de declaração opostos pela Fundação Viva, sendo assim, os assessores jurídicos alteraram a classificação deste provisão para um prognóstico de Perda Provável, requerendo, assim, o reconhecimento de provisão nos saldos contábeis do Plano VIVA PECÚLIO. Apesar desta negativa, a PREVIC apresentou em 19/08/2020 embargos de declaração em face da sentença que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fundação Viva, que também apresentou Apelação em 28 de agosto de 2020.

Apesar do prognósticos de perda provável dado pelos Assessores jurídicos, a Administração da Fundação permanecerá envidando esforços buscando o reconhecimento na justiça da relação jurídica existente entre o Participante e a Fundação. Por fim, é importante mencionar que a provisão reconhecida pela Fundação foi apurada de acordo com os critérios definidos pelo juízo, sendo que foram deduzidos todos os valores provisionados em 31 de dezembro de 2020 ou já pagos anteriormente em nome dos participantes envolvidos.

c) Pecúlio por morte – PPM

Ação movida por participantes que pleiteiam o recebimento do benefício de Pecúlio por Morte – PPM, ainda em vida, no percentual integral de 100% ou 80%, se houve o pagamento do AFA. No entendimento da VIVA, a morte do participante é condição para o recebimento do benefício, nos termos do contrato previdenciário firmado. O valor provisionado corresponde a R\$ 9.307 mil em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 9.307 mil em 2019). Parte do valor registrado encontra-se depositado judicialmente, totalizando R\$ 6.083 mil em 2020 (R\$ 6.083 mil em 2019).

d) Pecúlio Proporcional em Vida - PPV

Nas demandas, cujo objeto é o pagamento do benefício de Pecúlio Proporcional em Vida – PPV, os participantes alegam abusividade do desconto realizado em decorrência da antecipação do pagamento do pecúlio por morte. O montante registrado em 31 de dezembro de 2020 é R\$ 745 mil (R\$ 745 mil em 2019), sendo R\$ 532 mil depositado judicialmente (R\$ 532 mil em 2019).

e) Bloqueios Judiciais

Durante o exercício de 2020 ocorreram alguns valores bloqueados em conta corrente da VIVA, totalizando R\$ 14 mil em 31 de dezembro de 2020.

f) CDB do Banco BMD

Processo movido contra o Banco BMD, relativo a aplicações em CDB, registrado no valor de R\$ 3.656 mil em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 3.656 mil em 2019). A VIVA obteve liminar favorável que possibilitou equivalente ao montante discutido em 17/09/2001, porém, o Banco BMD obteve liminar que bloqueou o recurso depositado.

g) CDB Crefisul

Processo movido contra o Banco Crefisul, relativo a aplicações em CDB, registrado no valor de R\$ 31.496 mil em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 31.496 mil em 2019). O valor está depositado em conta judicial no mesmo montante.

Recuperação de Ativos - Ações de Execução

FIDC Union National Financeiros e Mercantis

Em 05/02/2013 foi protocolada, pelos cotistas do FIDC Union National Financeiros e Mercantis, o processo nº 1002019-82.2013.8.26.0100 solicitando o ressarcimento de perdas e danos movida pelo Fundo em face da Oliveira Trust DTVM S.A., Banco Bradesco S.A. e Global Capital S.A. no valor de R\$ 45.500 mil em dezembro de 2020. Este ativo encontra-se integralmente provisionado em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, sendo que a expectativa de sua recuperação é baixa, segundo a opinião dos assessores jurídicos.

Bolero Participações S/A

Em 08/08/2013 foi protocolada a Execução de Título Extrajudicial (Processo 1056320-93.2013.8.26.0100), contra o CCB Bolero Participações S/A, no valor de R\$ 34.076 mil em dezembro de 2020. Este ativo encontra-se integralmente provisionado em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, sendo que a expectativa de sua recuperação é baixa, segundo a opinião dos assessores jurídicos.

8 - EXIGÍVEL ATUARIAL

O exigível atuarial é estabelecido e registrado com base em cálculos atuariais, realizados pela empresa Lógica Consultoria Assessoria e Consultoria em Atuária. Um detalhamento das principais premissas e hipóteses atuariais utilizadas na avaliação de cada plano é assim apresentado:

8.1 - Plano VIVA PECÚLIO

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Hipóteses Financeiras:		
Taxa Real de Juros	2,42%	4,06%
Projeção do Crescimento real de salário	2,03%	3,00%
Projeção do Crescimento real dos benefícios do plano	0,00%	0,00%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo – Salários	1,00	1,00
Hipóteses biométricas:		
Taxa de mortalidade geral	AT 83	AT 83
Regime financeiro e métodos atuariais:		
Regime de Capitalização	Método Agregado	Método Agregado

8.2 - Plano VIVA EMPRESARIAL

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Hipóteses Financeiras:		
Taxa Real de Juros	2,42%	4,19%
Projeção do Crescimento real de salário:	0,00%	0,00%
Projeção do Crescimento real dos benefícios do plano	0,00%	0,00%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo – Salários	1,00	1,00
Hipóteses biométricas:		
Taxa de mortalidade geral	AT 2000	AT 2000
Regime financeiro e métodos atuariais:		
Regime de Capitalização	Financeira	Financeira

As hipóteses atuariais definidas para o Plano VIVA EMPRESARIAL são utilizadas somente para fins da determinação da curva de pagamento do passivo, uma vez que o plano é na modalidade de Contribuição Definida, não existindo risco atuarial.

8.4 - Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas foram determinadas pelo atuário e os saldos e movimentações são demonstrados a seguir:

Descrição	Saldos em 31/12/2019	Movimento	Saldos em 31/12/2020
Plano VIVA PECÚLIO (a)			
Benefício Concedido			
Saldo de Contas dos Assistidos	568.229	(175.009)	393.220
Benefícios a Conceder			
Saldo de Contas - Parcela Participantes	638.746	(76.827)	561.919
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	841.523	7.558	849.081
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	208.188	12.102	220.290
	<u>1.688.457</u>	<u>(57.167)</u>	<u>1.631.290</u>
	<u>2.256.686</u>	<u>(232.176)</u>	<u>2.024.510</u>
Plano VIVA EMPRESARIAL (b)			
Benefícios a Conceder			
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadora	34.940	2.498	37.438
Saldo de Contas - Parcela Participantes	41.042	5.340	46.382
	<u>75.982</u>	<u>7.838</u>	<u>83.820</u>
Plano VIVA FUTURO (b)			
Benefícios a Conceder			
Saldo de Contas - Parcela Participantes	90	651	741
	<u>90</u>	<u>651</u>	<u>741</u>
	<u>2.332.758</u>	<u>(223.687)</u>	<u>2.109.071</u>

a) Plano VIVA PECÚLIO

Benefícios concedidos

O valor registrado em 2020 em R\$ 393.220 mil (R\$568.229 mil em 2019) representa o montante das contas dos participantes que já aderiram à conversão até 31 de dezembro de 2019, quando se encerrou o período para adesão a este benefício. O montante será pago de acordo com o período definido por cada participante no momento da adesão.

Benefícios a conceder:

No caso dos participantes que mantêm sua opção pelo Benefício de risco (PPM-BD), as provisões de benefícios a conceder referem-se aos valores atuarialmente calculados dos compromissos líquidos correspondentes a benefícios a conceder aos participantes que ainda não estão em gozo dos benefícios, que totalizam R\$ 1.631.290 mil em 31 de dezembro de 2020 (R\$1.688.457 mil em 31 de dezembro de 2019).

Há ainda um saldo de R\$ 561.919 mil em 31 de dezembro de 2020 referente ao Benefício Especial em Vida – BEV, que foi aprovado pela PREVIC em dezembro de 2019 por meio de uma alteração do Regulamento do Plano, e trata de um benefício temporário e tem como fonte de recurso a reserva especial destinada à revisão do plano.

b) Plano VIVA EMPRESARIAL e VIVA FUTURO

Os valores registrados correspondem ao saldo de contas apurado financeiramente.

8.4 - Equilíbrio Técnico – Superávit técnico acumulado

A seguir a composição do superávit técnico do Plano Viva de Previdência e Pecúlio:

Descrição	Saldos em 31/12/2019	Movimento	Saldos em 31/12/2020
Superávit Técnico Acumulado			
Reserva de Contingência	166.379	3.117	169.496
Reserva para Revisão de Plano	246.602	(142.811)	103.791
Total Superávit Técnico Acumulado	412.981	(139.694)	273.287

A Reserva de Contingência foi constituída conforme disposto na Resolução CNPC nº 30 de 10/10/2018 a qual consolidou todas as Normas Atuariais, sendo o limite calculado pela fórmula: $[10\% + (1\% \times duration)] \times Provisão\ Matemática$.

Com base nas projeções atuariais do PVPP, aplicando a Taxa Atuarial de Juros de 2,42% ao ano e utilizando o Sistema Venturo da PREVIC, a *duration* do Plano VIVA PECÚLIO em 2020 é 5,85 anos (5,85 anos em 2019), por consequência, para cálculo da Reserva de Contingência foi aplicado 15,85% sobre o valor da Reserva Matemática.

A redução da reserva para revisão do Plano se deu principalmente pelo fato dos investimentos do Plano VIVA PECÚLIO não terem alcançado a meta atuarial em 2020, sendo assim, houve a redução do superávit acumulado do Plano.

8.5 - Fundos

Descrição		Saldos em 31/12/2019	Movimento	Saldos em 31/12/2020
Fundos				
Fundo Previdencial				
Viva Pecúlio – Destinação de superávit	(a)	122.360	(43.067)	79.293
Viva Pecúlio – Risco de aumento de salário	(b)	-	49.442	39.442
Viva Empresarial	(c)	2.613	(2.421)	192
		124.973	(6.046)	118.927
Fundo Administrativo	(d)	8.754	(663)	8.091
Total Fundos		133.727	(6.709)	127.018

a) Fundo Previdencial Plano VIVA PECÚLIO – Destinação de superávit

O fundo previdencial para revisão do Plano Viva de Previdência e Pecúlio foi constituído em consonância com a Resolução CNPC 30, de 10/10/2018 e está sendo utilizado, com base em avaliação atuarial, para dedução de 60% das contribuições dos participantes do plano até junho de 2019 passando para 100% a partir de então. No fechamento do exercício, o saldo foi

recalculado atuarialmente, sendo avaliado em R\$ 79.293 mil (R\$122.360 mil em 2019). Esta provisão será recalculada mensalmente com embasamento técnico atuarial, equivalendo a cada mês ao valor presente atuarial das contribuições futuras para o plano com data final em janeiro de 2023.

b) Fundo Previdencial Plano VIVA PECÚLIO – Risco de aumento de salário

Este fundo previdencial foi constituído em 2020 para fazer frente ao risco identificado em revisão atuarial da premissa de crescimento de salários, sendo que o fundo foi construído com recursos do superávit acumulado e corresponde a variação entre as provisões matemáticas apuradas por meio da taxa de crescimento salarial atualmente vigente (qual seja 3,0% a.a.) e as provisões matemáticas calculadas através da taxa de crescimento aplicada pela VIVA para o encerramento do exercício de 2020 (de 2,03% a.a., conforme mencionado na Nota 7 supra), a fim de garantir uma proteção mínima em relação ao risco atuarial identificado, o qual possui alto potencial de impacto ao plano de benefícios. Caso o risco seja materializado no futuro, o fundo previdencial será revertido para cobrir os impactos registrados no resultado do plano.

c) Fundo Previdencial – VIVA EMPRESARIAL

Com a finalidade suprir eventuais déficits técnicos da provisão de benefícios concedidos, o fundo previdencial do plano VIVA EMPRESARIAL é constituído pela parcela patronal não resgatada dos participantes que se desligaram do Plano, com saldo em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 192 mil (R\$ 2.613 mil em 2019).

d) Fundo Administrativo

O saldo do fundo administrativo representa o resultado acumulado do Plano de Gestão Administrativa e pertence ao Plano VIVA PECÚLIO.

9 - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

O PGA possui regulamento constituído com base na Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009.

9.1 - Receitas – fontes de custeio

Constituem fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas dos planos de benefícios operados pela Fundação Viva de Previdência:

Descrição		2020	2019
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	(a)	-	31
Custeio Administrativo dos Investimentos	(b)	18.347	20.325
Outras Receitas		28	6
Resultado Positivo dos Investimentos	(c)	121	299
		<u>18.496</u>	<u>20.661</u>

- a) Custeio Administrativo Gestão Previdencial: Até meados de 2019 a fonte de custeio para os Planos VIVA PECÚLIO e VIVA EMPRESARIAL era a Taxa de carregamento de 5% incidente sobre as contribuições dos patrocinadores, sendo substituída até então pela taxa de administração de 0,70%.
- b) Custeio Administrativo dos Investimentos: A partir de 2019 a fonte de custeio administrativa foi alterada para a taxa de administração de 0,70% a.a. para os 3 planos de benefícios, conforme definido pelo Conselho Deliberativo.
- c) Rendimentos das aplicações financeiras dos recursos do PGA.

9.2 - Despesas Administrativas

As despesas administrativas foram suportadas pelo saldo dos recursos do PGA conjugada com as fontes de custeio vigentes em cada ano.

As despesas administrativas específicas foram apropriadas nas respectivas rubricas (Previdencial e Investimentos) e os gastos comuns foram rateados proporcionalmente de acordo com as atribuições do pessoal alocado em cada uma das gestões.

Os percentuais relativos de cada rubrica em relação ao total das despesas administrativas, durante os exercícios de 2020 e 2019, foram os seguintes:

Descrição	2020		2019	
	Valor	%	Valor	%
Gestão Previdencial	17.744	94,33%	17.698	94,71%
Gestão dos Investimentos	1.067	5,67%	989	5,29%
	<u>18.811</u>	<u>100,00%</u>	<u>18.687</u>	<u>100,00%</u>

O Detalhamento das despesas por natureza pode ser verificado através da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA.

O percentual da despesa entre a Gestão Previdencial e de Investimento é definida pelo critério de rateio por tempo de trabalho entre as gestões, sendo esse critério adotado conforme orçamento.

A realização das despesas administrativas do ano de 2020 ficou aderente com o orçamento aprovado pelo Conselho Deliberativo.

10 – BENEFÍCIOS

Demonstramos no quadro a seguir os pagamentos de benefícios por plano e tipo de benefício:

Descrição	PECÚLIO		EMPRESARIAL		FUTURO		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Aposentadoria programada	237.551	271.046	-	-	1	-	237.552	271.046
Pecúlio	64.602	64.903	-	581	-	-	64.602	65.484
Resgate	5.373	15.802	6.530	4.058	-	-	11.903	19.860
BEV – Benefício especial em vida	91.442	-	-	-	-	-	91.442	-
Utilização Fundo Previdencial	39.753	39.020	-	-	-	-	39.753	39.020
Outros	1.404	2.240	-	-	-	-	1.404	2.240
	<u>440.125</u>	<u>393.011</u>	<u>6.530</u>	<u>4.639</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>446.656</u>	<u>397.650</u>

11 – CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e em atendimento ao item 30 letra "I" da Instrução 34 – Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

No processo de consolidação das demonstrações contábeis da VIVA foi utilizado o balancete auxiliar (Operações Comuns) onde foram realizadas as seguintes eliminações no exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

Conta	Descrição	Planos	Saldo por Planos 31/12/2020	Balancete Auxiliar 31/12/2020	Saldo Consolidado 31/12/2020
1.2.2.1.99	Outros Recursos a Receber	PGA	1.553	(1.553)	-
1.2.2.3	Participação no PGA	PGA	8.091	(8.091)	-
			<u>9.644</u>	<u>(9.644)</u>	<u>-</u>
2.1.3.9.01	Outras Exigibilidades	PECÚLIO	1.504	(1.504)	-
2.1.3.9.01	Outras Exigibilidades	EMPRESARIAL	49	(49)	-
2.3.2.2.02	Participação no PGA	PECÚLIO	8.091	(8.091)	-
			<u>9.644</u>	<u>(9.644)</u>	<u>-</u>

12 – GOVERNANÇA E CONTROLES INTERNOS

A Resolução CGPC nº. 13/2004 estabelece princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar, adequados ao porte, complexidade e riscos inerentes aos planos de benefícios por elas operados, a fim de assegurar o pleno cumprimento de seus objetivos. Em 2020, a VIVA manteve o aperfeiçoamento de sua governança corporativa, como segue:

12.1 – Gestão de Riscos

A Entidade está exposta a diversas naturezas de riscos, inerentes a sua finalidade básica. O processo de gerenciamento de riscos está calcado em princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos. A gestão de riscos conta com a participação das diversas camadas da estrutura de governança, incluindo as áreas que compõem o organograma organizacional da VIVA, a Diretoria Executiva e os Conselhos.

Os riscos e os controles internos são avaliados periodicamente, em aderência às exigências legais e regulamentares, em especial à Resolução CGPC nº. 13/2004 e os Guias PREVIC de Melhores Práticas. A gestão de riscos compreende várias categorias de riscos, como: estratégicos, de governança, atuarial, contraparte, mercado, liquidez, operacional, legal, regulatório e solvência, provenientes de suas atividades e operações e que podem afetar, em maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e operacionais.

12.2 – Riscos Relacionados aos Investimentos

Reforçados pelo Guia PREVIC de Melhores Práticas de Investimentos, a verificação e o controle de riscos inerentes à gestão dos planos de benefícios são realizados de forma proativa pela Entidade. O objetivo deste tópico é demonstrar como é realizada a análise dos principais riscos agentes no portfólio, destacando a importância de estabelecer procedimentos que permitam identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos dos planos estão expostos, entre eles os riscos, de mercado, de liquidez, atuarial, operacional, legal, sistêmico e terceirização. A VIVA não possui investimento que implique em risco de crédito.

a. Gerenciamento de Ativos e Passivos ou Asset Liability Management (ALM)

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos financeiros é o casamento dos fluxos de caixa entre os ativos e as obrigações da Entidade, ou seja, seus passivos. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre retorno e o risco incorrido para obtê-lo, além de um portfólio que ofereça liquidez no momento em que ela é necessária, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos.

Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, liquidez e preservação dos níveis de solvência (no caso do plano VIVA PECÚLIO).

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são anualmente revisadas, quando da revisão da Política de Investimento - PI dos planos.

Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade de manter o balanceamento de ativos e passivos. A efetividade da carteira ótima em oferecer retornos acima da Meta Atuarial dentro dos parâmetros de riscos definidos é acompanhada mensalmente, com a geração de relatórios gerenciais.

b. Risco Atuarial

No que compete à gestão dos investimentos, a contribuição para a mitigação dos riscos atuariais se dá pela utilização dos fluxos financeiros dos passivos bem como pela projeção da volatilidade dos ativos, ambos simulados de forma estocástica (probabilística), para a definição da macro alocação dos ativos através da metodologia de ALM. Dessa maneira, esse portfólio apresentará probabilidades significativas de atender os requerimentos futuros de retorno, liquidez e solvência dos planos.

c. Risco de Mercado

Decorre da alteração do valor de um instrumento financeiro, ou carteira de investimentos, face à volatilidade das variáveis existentes no mercado (taxa de juros, taxa de câmbio, ações, commodities e outros) causada por fatores adversos, políticos, entre outros.

A VIVA utiliza para avaliação de risco de mercado a metodologia de Valor em Risco (V@R) paramétrico. Essa metodologia de risco de perda provável de determinada aplicação nos mais diversos cenários da economia, torna a análise mais dinâmica em relação ao mercado.

O custodiante utiliza a metodologia que calcula a máxima perda esperada em um horizonte de tempo definido, com determinado grau de confiança, sob condições normais de mercado.

A Entidade adota a métrica tendo por base as metodologias da PEP – Probabilidade Estimada de Perda e o do PCO – Percentual de Comprometimento Orçamentário, que tem por objetivo minimizar a probabilidade de perdas máximas toleradas para os investimentos.

Para os fundos de investimentos de renda fixa, objeto de acompanhamento pelo Comitê de Investimentos dos níveis de risco, utiliza-se métricas de limites de tolerância as probabilidades de perdas máximas dos investimentos, conforme estabelecido nos parâmetros para cálculo do VaR a seguir:

- Modelo paramétrico;
- Intervalo de confiança de 95%;
- Horizonte de tempo de 21 dias úteis.

Para o monitoramento do risco de mercado dos fundos de investimentos é adotada metodologia específica, que contempla, dentre outros aspectos a PEP – Probabilidade Estimada de Perda e o PCO – Percentual de Comprometimento Orçamentário.

Em síntese, a PEP consiste na divisão do VaR (Valor em Risco) pelo patrimônio total dos fundos alocados na respectiva classificação. Os referenciais de risco de mercado para o indicador estão assim definidos por categoria de fundos.

Referência de Risco de Mercado	
Segmento	PEP - Probabilidade de Perda (Valor em Risco / Patrimônio)
Renda Fixa	4,20%
Renda Variável	20,00%

Por sua vez, o PCO – Percentual de Comprometimento Orçamentário é adotado para análise e monitoramento específico dos fundos de investimentos do segmento de renda fixa, tendo por

objetivo identificar a probabilidade de ocorrência do fundo de investimentos atingir o limite mínimo de rentabilidade.

Referido indicador será calculado por meio da divisão do VaR pelo LPM - Limite de Perda Máxima.

O LPM é calculado pela diferença do Patrimônio atual do fundo de investimento pelo Patrimônio do fundo corrigido pela rentabilidade mínima estabelecida na política de investimentos (base: cota do fundo em D – 252 e quantidade de cotas atual).

Para efeito exclusivamente do acompanhamento do PCO – Percentual de Comprometimento Orçamentário, o limite mínimo de rentabilidade, baseada na valorização acumulada anual percentual do Benchmark, é o seguinte:

Limite Mínimo de Rentabilidade	
Segmento	Rentabilidade Mínima
Renda Fixa	90% do Benchmark

A possibilidade de alteração desse limite existe, única e exclusivamente, mediante apresentação de parecer que demonstre mudanças significativas no mercado em relação às premissas adotadas e que justifique as alterações propostas, em sintonia com as macros diretrizes e que preservam os objetivos do Plano.

A Volatilidade (Histórica) adota os parâmetros de horizonte de 21 dias úteis (mensal), anualizada, e alternativamente, pode-se utilizar os parâmetros atualmente adotados pelos fundos de investimento: a partir dos retornos diários e/ou janelas móveis de 12 meses e desde o início do ano em curso.

d. Risco de Liquidez

O risco de liquidez, que pode ser traduzido como indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações, neste caso, está relacionado ao casamento dos fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis na data do pagamento dos benefícios e demais obrigações do Plano. À medida que os prazos de vencimentos das obrigações se aproximam, a alocação dos recursos deve privilegiar ativos mais líquidos. Além disso, o planejamento garante que as alienações dos ativos ocorram no prazo certo e no preço justo. Assim, o ALM fornece uma opção de carteira que oferece níveis suficientes de liquidez para pagamento das obrigações dos planos.

e. Limites de Alçadas

De acordo com as características e o montante proposto para novas alocações, ou ainda para alienação de determinados tipos de investimento, são requeridas autorizações de uma ou mais instâncias da governança da VIVA, dando ciência, explicitando motivações e sujeitando as análises a um extenso grupo de profissionais, com formação multidisciplinar, instâncias essas que têm poder de veto à operação proposta.

Essas instâncias contam com o assessoramento do Comitê de Investimentos da Entidade, órgão

que estuda previamente as proposições.

f. Risco de Terceirização de Gestão de Recursos

A VIVA utiliza gestores terceirizados para gerir a parcela de sua carteira que é apreçada a valores de mercado. Essa forma de atuação delega determinadas responsabilidades a esses gestores, porém não isenta a Entidade de responder legalmente perante os órgãos fiscalizadores.

Neste contexto, o modelo de terceirização exige que a Entidade tenha um processo formalizado para escolha e acompanhamento do desempenho e da atuação de seus gestores externos.

Adicionalmente, há a segregação das funções de gestão de recursos das atividades de administração fiduciária e custódia de valores mobiliários.

g. Risco Legal

O risco legal está relacionado a autuações, processos ou mesmo a eventuais perdas financeiras decorrentes de questionamentos jurídicos, da não execução de contratos e do não cumprimento das normas. O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades e investimentos que envolvam a elaboração de contratos específicos, é feito por meio:

- Da verificação diária da aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e às Políticas de Investimento pelo administrador fiduciário e custodiante centralizados;
- Da revisão dos regulamentos dos veículos de investimentos, exclusivos ou não;
- Da utilização de assessoria jurídica para fornecimento de análises e pareceres jurídicos relativos aos investimentos.

h. Risco Sistêmico

O risco sistêmico se caracteriza pela possibilidade de o sistema financeiro ser contaminado por eventos pontuais, tais como defaults soberanos, falência de instituições financeiras ou empresas. Apesar da dificuldade de gerenciamento deste risco, ele não deve ser relevado.

Diante disso, é necessária a diversificação dos investimentos, utilizando ativos brasileiros e/ou internacionais, de diferentes setores da economia e emissores, geridos por diferentes gestores de recursos, selecionados pela habilidade demonstrada em mandatos específicos, para que os diferentes eventos desfavoráveis, nas esferas macro ou microeconômicas, sejam atenuados.

12.3 – Riscos Relacionados a Gestão Previdencial

Os planos de previdência têm como característica a acumulação de recursos com horizonte de longo prazo, pois estão atreladas às aposentadorias futuras, fazendo parte do planejamento de vida de cada participante.

Os planos de previdência, no geral, oferecem coberturas por sobrevivência, além de coberturas para benefícios de risco, como morte e invalidez.

A concessão de benefícios, bem como dos institutos do Resgate e Portabilidade têm seus quesitos quanto à elegibilidade especificados em regulamentos, que são previamente aprovados pelo órgão regulador sob um registro denominado CNPB – Cadastro Nacional de Plano de Benefícios.

As contribuições também têm seus parâmetros especificados em regulamento. Entretanto, o nível necessário de aporte é avaliado atuarialmente no encerramento do exercício. Portanto, o nível de contribuições oscila de acordo com o Plano Anual de Custeio. Os riscos mais relevantes dos planos de benefícios são:

- Biométrico – mede a expectativa de vida de participantes válidos e inválidos, bem como apura a expectativa de desligamentos do plano por faixa de idade e sexo. A variação deste risco pode aumentar o nível de compromisso do plano;
- Econômico - traduz a expectativa de taxa de juros ao longo do tempo, de forma a dimensionar no momento presente o valor total dos benefícios futuros;
- Financeiro – mede o crescimento dos salários ao longo do tempo, desconsiderando o efeito da inflação. Portanto, crescimento real.

A Entidade monitora constantemente as premissas atuariais dos planos de benefícios, por meio de testes de aderência, conforme estabelece a legislação, levando em consideração a evolução dos resultados internos, e cenários externos.

12.4 – Segurança da Informação

Em aderência às exigências legais, regulamentares e aos padrões de mercado, destacando-se:

- Segurança no Portal da Fundação para navegação e acesso à área restrita;
- Aderência a Lei Geral de Proteção a Dados (LGPD).

12.5 – Instrumentos Organizacionais

A VIVA em aderência às exigências legais e às boas práticas de governança corporativa e de gestão, entre outras medidas, estabelece políticas, normativos e procedimentos necessários à execução das suas funções de negócios e como suporte aos seus principais processo.

12.6 – Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal

Os Conselhos, Deliberativo e Fiscal, mantiveram seus procedimentos de trabalho, incluindo uma agenda anual de reuniões e aperfeiçoamento da metodologia de trabalho, possibilitando uma melhor atuação e interação entre si e com a Diretoria Executiva da VIVA.

13 – OUTROS ASSUNTOS

13.1 – Transferência do Plano ANAPARPREV

Em maio de 2020 o Conselho Deliberativo da VIVA se manifestou aprovando a transferência de gerenciamento do plano ANAPARPREV, atualmente administrado pela Fundação Petrobrás de

Seguridade Social – PETROS. O processo de transferência de gerenciamento foi submetido à PREVIC que se manifestou aprovando o pleito.

O Plano ANAPARPREV é um plano de benefícios previdenciários instituído, estruturado na modalidade de Contribuição Definida, com 2.922 participantes ativos e 673 assistidos em 31 de dezembro de 2020. O Patrimônio Social do plano ANAPARPREV em 31 de dezembro de 2020 é R\$ 585.784, tendo como instituidores:

- Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão – ANAPAR;
- Associação Beneficente dos Aposentados da Copene/Braskem – ABACO/POLO;
- Sindicato dos Estivadores e Trabalhadores em Estiva de Minérios do Estado do Espírito Santo – SETEMEES;
- Sindicato dos Trabalhadores Portuários, Portuários Avulsos e com Vínculo Empregatício nos Portos no Estado do Espírito Santo – SUPORT;
- Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga nos Portos do Estado do Espírito Santo – CONFES.

O processo de encontra-se na fase de transferência de base de dados e arquivos entre a PETROS e a VIVA, parametrização de sistemas, geração de documento e alinhamento de atividades.

A conclusão para transferência de gerenciamento, que ocorrerá com a efetiva transferência do recurso, está prevista para o primeiro semestre de 2021 e para tanto, a VIVA adotará política de investimentos similar à política vigente.

13.2 – Plano de Contas Padrão

Em 20 de agosto de 2020 foi divulgada a Instrução PREVIC – IP nº 31, estabelecendo mudanças na estrutura contábil das entidades fechadas de previdência complementar com vigência a partir do exercício de 2021. Dentre as principais mudanças estão: i) Reclassificação dos contratos de dívidas com as patrocinadoras que estavam sendo registrados no passivo passarão a ser registrados no ativo; ii) Estrutura de contas de investimentos de forma detalhada com provisão específica para cada grupo de ativos; iii) Padronização dos contratos de riscos terceirizados; iv) Eliminação da classificação de despesas Previdenciais e Investimentos, Comuns e específicas e Físicas e Jurídicas, dentre outras.

Não são esperados impactos relevantes nos números da VIVA com a adoção deste novo normativo.

Silas Devai Junior
CPF: 114.580.368-71
DIRETOR PRESIDENTE

Júlio César Medeiros Pasqualetto
CPF: 484.111.400-91
CONTADOR - CRC-RS 047.048/O-S-DF

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<http://sosdocs.clouddocs.com.br/ValidarDocumento.aspx>
informando o código CRC: 5450546B506976594454553D / Página 47 de 47



Assinado eletronicamente por: Silas Devai Junior

Data da Assinatura: 25/03/2021 11:18:49



Assinado eletronicamente por: JULIO CESAR MEDEIROS PASQUALETO, CPF: 484.111.400-91

Data da Assinatura: 25/03/2021 12:29:43

Pontos de autenticação: email: julio@prpsolucoes.com.br; IP: 189.6.236.116